



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,
Exmo. Senhor Primeiro-Ministro,
Exma. Senhora Ministra da Educação,
Exmo. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar da Educação

Com conhecimento a:

Sua Exa. o Senhor Presidente da República,
Grupos Parlamentares da Assembleia da República,
Direcção Geral de Educação do Norte,
Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Conselho Geral Provisório da Escola
Secundária de Tomaz Pelayo
Plataforma Sindical
Órgãos de Comunicação Social

Os professores da Escola Secundária de Tomaz Pelayo, reunidos em plenário, no dia 15 de Novembro de 2008, para analisar o modelo/processo de avaliação dos professores, tendo por base o trabalho que sobre o mesmo já desenvolveram e o ingente trabalho que tal continua a exigir, tomaram a **resolução** que se segue.

1. Discordam frontalmente deste modelo de avaliação que está a ser imposto aos professores pelas razões que passam a descrever:

- a)** Porque é **um modelo que trata os professores como aprendizes**, pois lhes exige que proponham, explicitem, justifiquem, negoceiem, com todo o pormenor, passo a passo, tudo o que fazem ou se propõem fazer e, subsequentemente, lhes exige que relatem, com pormenor, tudo o que fizeram ou não fizeram, as alterações introduzidas, etc.; para, no final do ano, serem avaliados por um colega avaliador, saído do polémico concurso a professor titular, que pode ter menos habilitações e competências do que o avaliado e, em muitos casos, assim é. Ora há fases na vida para tudo: para formação académica,



para formação profissional e depois, para realização autónoma e adulta do trabalho profissional e tudo isso os professores já fizeram! Mas este modelo ignora tudo isso e coloca os docentes em situação de estágio permanente, não lhes proporcionando contudo, as condições de estágio como sejam menos horas lectivas, possibilidade de assistir às aulas do avaliador, ter um avaliador competente, devidamente preparado, com mais formação e experiência do que o avaliado e sempre disponível para poder dar ajuda.

- b)** Porque é um modelo de avaliação **aviltante e humilhante** para os professores dado que, como supra se referiu, trata os professores como se não tivessem capacidade para, por si sós, assumirem e realizarem com qualidade e responsabilidade o seu trabalho profissional, tendo que vigiarem-se continuamente uns aos outros e desconfiarem, continuamente, de quais poderão ser as intenções do colega do lado: copiar, registar erros e imperfeições para posteriormente utilizar em proveito próprio? Ora o trabalho docente tem que ser um trabalho de equipe, de interdisciplinaridade constante e não um trabalho de vigilância e suspeição permanente, como decorre do modo como este modelo de avaliação foi concebido e está a ser imposto.
- c)** Porque é um **modelo injusto/criador de injustiças**, dado que por um lado a realidade de intervenção é diferente, pois cada turma, cada escola, cada região é um contexto próprio, com condicionantes do trabalho a desenvolver pelos docentes e por outro lado, cada avaliador, além de não estar preparado, é diferente e não tem possibilidade de coordenar o seu trabalho de avaliação, afinar os respectivos critérios, etc, com outros colegas avaliadores, nem com os da mesma escola e muito menos, com os das restantes escolas, resultando daí as maiores injustiças. Nessa linha, não é possível assegurar a precisão, a credibilidade e a fiabilidade do juízo avaliativo como se pretende em qualquer modelo de avaliação e contrariando assim os critérios estabelecidos na Recomendação nº 1/2008 do Conselho Científico para a Avaliação dos Professores. Também por penalizar os professores por resultados de



aprendizagem e de abandono escolar que eles, de modo nenhum, podem controlar, apesar do esforço que possam fazer e fazem.

- d)** Porque é um **modelo burocrático, burocratizante e asfixiante**, assente essencialmente na feitura e preenchimento de papéis, relatórios, grelhas disto e daquilo, reuniões atrás de reuniões, consumindo o tempo e a disponibilidade física e mental necessários ao que deve ser o núcleo essencial da função docente que é preparar e levar à prática as actividades lectivas. A aplicação deste modelo contradiz, assim, uma das suas metas principais que é a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos (Dec.-Lei nº 15/2007, artº 40º, 2). Efectivamente, quem tiver vocação para fazer bem fichas, grelhas, relatórios, dossiers, portefólios, etc., podendo até nem ter uma qualidade excepcional nas tarefas lectivas, tem todas as condições para ser avaliado como excelente!
- e)** Porque é um **modelo discriminatório** para os professores, dado que nenhuma outra categoria profissional (que se saiba!) está sujeita a esta exigência de formulários, fichas, registos, actas, dossiers, portefólios, reuniões, grelhas, relatórios, etc e supervisão constante, para além de todo o restante trabalho, esse sim importante, que têm de realizar com os alunos.
- f)** Porque **não é um modelo potenciador da melhoria da escola e do sucesso escolar**; bem pelo contrário, é um modelo indutor da burocratização, da desmotivação, da desconfiança entre os docentes e que só poderá contribuir para degradar as boas práticas, retirar dignidade à profissão de professor e qualidade do ensino.
- g)** Porque é um modelo **favorecedor e justificativo duma escola tendencialmente autocrática**, na linha do modelo de gestão assente na autoridade “fulanizada” que também está a ser imposto às escolas e aos professores. Este parece ser aliás, **um dos dois principais objectivos do modelo e talvez a principal causa de toda esta turbulência** ou seja, recuperar o modelo de autoridade unipessoal, em que tudo se subordina ao chefe e em que, para além da autoridade centralizada



há **um segundo objectivo** tão importante como o primeiro, este económico, e que se traduz em os docentes permanecerem em diferentes e baixos patamares remuneratórios da carreira, evitando, através das quotas, que só poucos cheguem ao topo e que muitos se fiquem por salários intermédios. Assim economiza-se dinheiro porque se tem mão-de-obra barata; mas, assim, **degrada-se a profissão docente** e, conseqüentemente, a escola pública e a democracia.

h) Porque é um modelo que **ele próprio se tornou num fim em vez de um meio**, o mesmo é dizer que se tornou ele próprio num imbróglio impossível de ser aplicado, tal como foi concebido e está a ser imposto.

2. Suspendem desde já a implementação deste modelo de avaliação, não entregando os objectivos individuais, pelas razões supra referidas e também por todo o clima de incerteza, de angústia, de cansaço, de perplexidade e de indignação que se gerou em torno deste processo e perpassa por esta e por todas as escolas – não se compreende a obstinação e a mistificação que se está a fazer deste modelo, quando na realidade já se viu que não é susceptível de ser aplicado, tal como foi concebido, com as nobres finalidades duma avaliação séria, realista e justa.

3. Aguardam um modelo de avaliação simples, claro, adulto e realista, que até poderá ser o anterior, revisto e melhorado; nesse modelo, devidamente aplicado, os professores só podiam mudar de escalão depois de cumprirem os anos de serviço exigidos para cada escalão e serem avaliados positivamente, podendo obter bonificações em caso de avaliação com **muito bom/excelente** ou não progredirem, se a avaliação fosse de **não satisfaz!**

Finalmente

Estas decisões foram tomadas, por ampla maioria, com o mais alto sentido de responsabilidade, na certeza de que são o melhor contributo, face às razões expostas, para a dignificação da profissão e das funções docentes e para a defesa da escola pública democrática e de qualidade. Efectivamente, se não se confia nos professores, se não se



proporcionam condições para que tenhamos bons professores, como está a acontecer, não se poderá esperar muito da escola pública.

Escola Secundária de Tomaz Pelayo, 15 de Novembro de 2008.

Os professores:

(seguida de uma lista de 107 assinaturas confirmadas com o B.I.)